



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL
DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA
INSTITUTO DE HUMANIDADES E LETRAS
BACHARELADO EM HUMANIDADES**

JOSÉ FERNANDO DE MATOS

**O PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO EM ANGOLA:
CAUSAS E CONSEQUÊNCIAS NO PERÍODO PÓS-GUERRA CIVIL (2002 a 2018)**

SÃO FRANCISCO DO CONDE

2019

JOSÉ FERNANDO DE MATOS

**O PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO EM ANGOLA:
CAUSAS E CONSEQUÊNCIAS NO PERÍODO PÓS-GUERRA CIVIL (2002 A 2018)**

Projeto de pesquisa apresentado ao curso de Bacharelado em Humanidades sediado do Instituto de Humanidades e Letras, da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Humanidades.

Orientador: Prof. Dr. Ercílio Neves Brandão Langa.

SÃO FRANCISCO DO CONDE

2019

JOSÉ FERNANDO DE MATOS

**O PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO EM ANGOLA:
CAUSAS E CONSEQUÊNCIAS NO PERÍODO PÓS-GUERRA CIVIL (2002 A 2018)**

Projeto de pesquisa apresentado ao curso de Bacharelado em Humanidades sediado do Instituto de Humanidades e Letras, da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Humanidades.

Aprovado em: 21/03/2019.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Ercílio Neves Brandão Langa (Orientador)

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)

Prof. Dr. Deolindo Nunes de Barros

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)

Prof. Dr. Ivaldo de França Lima

Universidade do Estado da Bahia (UNEB)

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	5
2	PERGUNTA DE PARTIDA	6
3	CONTEXTO GEOGRÁFICO DE ANGOLA	6
4	CONTEXTO POLÍTICO DE ANGOLA	7
5	2002: O ANO DA PAZ NEGATIVA EM ANGOLA	8
6	HIPÓTESES	9
7	JUSTIFICATIVA	9
8	OBJETIVOS	11
8.1	OBJETIVO GERAL	11
8.2	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	11
9	RELEVÂNCIA	11
10	METODOLOGIA	12
11	MARCO TEÓRICO	13
11.1	CAUSAS E CONSEQUÊNCIAS DA POBREZA EM ANGOLA	18
11.2	A CARACTERIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO E ENSINO EM ANGOLA	19
11.3	MERCADOS DE TRABALHO EM ANGOLA	20
11.4	A CORRUPÇÃO EM ANGOLA	21
11.5	A SAÚDE EM ANGOLA	22
11.6	A ECONOMIA DE ANGOLA	23
12	CRONOGRAMA	25
	REFERÊNCIAS	26

1 INTRODUÇÃO

O presente projeto com o tema “o processo de desenvolvimento em Angola: causas e consequências no período pós-guerra civil (2002 a 2018)” visa pensar e compreender os modelos de desenvolvimento adotado pelo Estado angolano nos últimos dezessete anos, correspondentes ao período de estabilidade e paz. Sendo assim, pretendemos caracterizar a economia nesse período de tempo (2003-2014), por outro lado analisaremos as dinâmicas de outros sectores, tais como: saúde, educação, mercado de trabalho, corrupção e as estratégias de combate à pobreza que dependem do modelo de desenvolvimento adotado pelo executivo angolano. Decerto, a escolha deste tema surgiu no intuito de compreender a importância de uma política baseada a um desenvolvimento do bem comum do país assim sendo, o meu interesse por esse tema surge no intuito de que nós dias de hoje, mais do que nunca, não consigo ver Angola com os olhos de antes daí surgiu a necessidade de entender o conceito de desenvolvimento na sociedade angolana, bem como as políticas de reconstrução no pós-guerra civil.

Diante deste contexto apresentado, surgem algumas questões tais como: O que é afinal o desenvolvimento? Como o desenvolvimento tem sido pensado pelo governo angolano desde 2002 a atualidade? Como a ideia de desenvolvimento foi vista no período socialista, e como é vista no período capitalista? Desta forma, estas e outras, são algumas questões que pretendemos desenvolver neste trabalho. Entretanto é importante salientar que a ideia de desenvolvimento é multidimensional. Assim sendo, o desenvolvimento propriamente estudado neste projeto, é baseado no processo de satisfação de necessidades básicas¹ e melhoria das condições de vida da comunidade local, bem como processo de garantia de condições mínimas, por parte do Estado cujo resultado será um bem comum.

Em conformidade com as questões acima levantadas, importa dizer que elas não se restringem somente em Angola, porém são demandas da grande parte dos países africanos, particularmente aqueles falantes da língua portuguesa (PALOP²) por conta da história em comum (a colonização e o período pós-colonial) cuja história hoje apresenta-nos basicamente dois modelos de desenvolvimento capitalista e socialista sendo, para compreendermos o processo de desenvolvimento em Angola, é necessário recuarmos no tempo colonial, pós-

¹ As necessidades básicas devem ser interpretadas em termos das quantidades mínimas específicas, tais como alimentação, vestuário, habitação, hospitais, acesso à água potável e condições de saneamento, condições imprescindíveis para se evitar as doenças, as fomes e outras carências (Streeten, 1986, *apud* Oliveira, 2012).

² Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa. São eles (Angola, Cabo-verde, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe e Moçambique).

colonial, guerra civil e o período da paz bem como as escolhas político-econômicas dos três presidentes angolanos.

2 PERGUNTA DE PARTIDA

Como a ideia de desenvolvimento tem sido vista pelos governos angolanos desde o período de 2002 a atualidade? É esta questão que norteará todo o projeto de pesquisa e que tentaremos responder ao longo do texto.

3 CONTEXTO GEOGRÁFICO DE ANGOLA

Angola, oficialmente República de Angola, é um país da costa ocidental de África subsaariana, com uma extensão territorial de 1.246. 700 Km², cujo território principal é limitado a norte pela República Democrática do Congo, a este pela Zâmbia, a sul pela Namíbia, e a oeste pelo Oceano Atlântico. “Etimologicamente Angola deriva de “Ngola” nome atribuído a uma dinastia dos povos Ambundo, fixados no médio-Kwanza” (ZAU, 2002, p.32).

De acordo com os resultados definitivos do censo 2014, a população em Angola, a data do momento censitário 16 de maio de 2014 era de 25.789,024 habitantes. Residem na área urbana 63% e na área rural 37%. A análise da distribuição etária revela que a população angolana é jovem, com 48% de pessoas com idade inferior a 15 anos, sendo que menos de 50% da população é economicamente ativa (Instituto Nacional de Estatística, 2016, p.31).

A maioria parte do povo de Angola é falante de Língua bantu, em Angola, esses grupos compreendem cerca de noventa a cem etnias ou subgrupos. Para além das crenças tradicionais africanas professadas por cerca de 30% da população, os 70,1% são católicos ou protestantes. O português é a língua oficial de Angola, mas são faladas várias línguas étnicas como *o Umbundo, o Quimbundo, o kikongo, o Ganguela etc.* (INE, 2016). Angola é um dos países com grandes riquezas minerais e energéticas no continente africano, com destaque para o petróleo e diamantes conforme Filipe Zau aponta:

Os recursos minerais são, sem dúvida, os que melhor se conhecem e estão a ser aproveitados a um nível razoável, principalmente o petróleo (Cabinda, Soyo e Quiçamã) e os diamantes (Lunda e Malanje). Além desses, Angola possui ainda

grandes jazidas de ferro, cobre ouro, chumbo, zinco, manganês, volfrâmio, estanho e urânio (ZAU, 2002, p.34).

O INE (2016) revelou que, a província de Luanda é a mais habitada, com 6945.386 de residentes. A província do Bengo, com 356.641 residentes, é onde reside menor número de pessoas. A esperança de vida total em Angola é de 60,2 anos para os homens a esperança de vida é 57,5 enquanto para mulheres ela é de 63,0. A idade média é de 20,6 anos.

4 CONTEXTO POLÍTICO DE ANGOLA

O conflito armado em Angola ocorreu no período de 1961 a 2002. Podendo ser dividido em duas fases como descreve Simões (2009) *apud* Hernandez (2005), a primeira de 1961 a 1974, que foi a guerra de independência contra a colonização Portuguesa. A segunda de 1975 a 2002, guerra civil intensa entre os três movimentos de Libertação Nacional. Segundo Carvalho (2010) A violência de 4 de fevereiro de 1961, colocou Angola na agenda das Nações Unidas e chamou atenção para a situação explosiva que se instalou no país.

Traçando um percurso político, Carvalho observa que, com o derrube de Marcelo Caetano pelo movimento das forças armadas a 25 de abril de 1974, pôs-se o fim a colonização portuguesa nos territórios ultramar, com particularidade para Angola. “O período de transição (ano de 1975) para a independência de Angola foi marcado por grandes desavenças ideológicas entre os três movimentos nacionalistas angolanos (MPLA³, UNITA⁴e FNLA⁵) que viriam dar origem a uma guerra civil” (CARVALHO, 2010, p. 17).

Em função do panorama político vivido na altura, os três líderes dos movimentos nacionalistas, nomeadamente Agostinho Neto, Jonas Savimbi e Holden Roberto reuniram-se no Quênia, mais propriamente em Mombaça, a 3 de Janeiro de 1975 e comprometeram-se a cooperar para a paz e preservar a integridade territorial de Angola para facilitar a reconciliação nacional. Na senda de consolidarem as alianças e de manterem a paz e unidade, os três líderes dos movimentos nacionalistas assinaram, em Portugal, o Acordo do Alvor. O referido acordo reconheceu os três movimentos nacionalistas como legítimos representantes do povo angolano (CARVALHO, 2010, p.17).

Carvalho (2010) considera que foi igualmente decidida à independência e a soberania plena de Angola. Seria proclamada a 11 de novembro de 1975. Após a proclamação da

³ Movimento Popular de Libertação Nacional de Angola

⁴ União Nacional Para a Independência Total de Angola

⁵ Frente Nacional Para Libertação de Angola

independência, a RPA com um governo formado pelo MPLA, foi de imediata reconhecida internacionalmente por vários estados, e organizações internacionais, inclusive Organizações das Nações Unidas (ONU) como pela Organização de Unidade Africana (OUA).

5 2002: O ANO DA PAZ NEGATIVA EM ANGOLA

Angola conseguiria certa estabilidade após o conflito militar que perdurou ao longo de quase trinta anos⁶. Segundo Carvalho (2010), em abril de 2001, as autoridades angolanas tinham declarado oficialmente por João Bernardo Miranda, na altura ministro das Relações Exteriores de Angola a caça a Jonas Savimbi, comentou que o mesmo já não fazia parte dos planos de paz e dos processos de reconciliação nacional. No início de 2002, as forças do governo angolano encurralaram os mais altos dirigentes da (UNITA) na província oriental do Moxico, “a 22 de fevereiro de 2002, em Lucusse foi confirmado à morte de Jonas Savimbi por tropas governamentais do MPLA” (CARVALHO, 2010, p.26).

Poucas vezes na história a morte de um líder numa guerra civil teve um efeito tão decisivo. Com a morte de Jonas Savimbi significou o fim da guerra entre o MPLA e a UNITA. A guerra civil terminou e deu-se início a reconstrução de uma nova Angola. Entretanto, o fim da guerra fazia antever mudanças por que todos ansiavam. “A realização das eleições parlamentares em setembro de 2008, as primeiras desde 1992, poderia ser vista como um passo para o pluralismo democrático. Embora as eleições tenham sido consideradas credíveis e transparentes pelas missões da União Europeia e da Comunidade para o desenvolvimento da África Austral (SADC), a vitória do MPLA não foi uma surpresa” (SCHUBERT, 2013, p.80).

Segundo Schubert, o governo recorreu a outros mecanismos para chegar às populações. As igrejas uma forte força social em Angola, foram ativamente integradas no processo de registo e os pastores foram incentivados a encorajar os seus membros a registarem-se (*idem*, 2013).

Entretanto, realizaram-se em Angola as segundas eleições desde o fim da guerra, a 31 de agosto de 2012. O que mudou desde 2008, Schubert considera que foi surgimento de protestos populares abertos contra o regime em 2011 e 2012, que foram fortemente

⁶ Processo de independência (1961-1975) e a Guerra Civil (1975-2002). Dentre Elis destaca-se o seguinte livro: WHEELER, Douglas: História de Angola, 2013

reprimidos. “Assim como a criação de um novo partido, a Convergência Ampla pela Salvação de Angola-Coligação eleitoral (CASA-CE) que ambiciona quebrar a bipolarização MPLA-UNITA” (SCHUBERT, 2013, p.96).

6 HIPÓTESES

H1: Após a independência de Angola, o partido no poder (MPLA) adotou o socialismo como modelo de desenvolvimento centralmente planejado pelo Estado que, privilegiava setores como agricultura, educação e saúde, tendo em conta que mais de 90% da população era analfabeta, na tentativa de estabelecer uma sociedade igualitária e uma economia planejada e industrializada.

H2: A Guerra civil que perdurou em Angola, influenciou negativamente na vida da população, porque destruiu e inviabilizou as infraestruturas, bem como a elaboração de políticas econômicas e direcionou recursos econômico da educação para a defesa militar. Com a morte do primeiro presidente da República em 1979, o modelo de desenvolvimento foi modificado, procurando centralizar o processo decisório da política externa, aproximando da ONU, bem como um maior alinhamento com a URSS e Cuba, temendo a sua segurança e estabilidade.

7 JUSTIFICATIVA

O processo de desenvolvimento em Angola: causas e consequências no período pós-guerra civil (2002 a 2018) surgiu no intuito de compreender a importância de uma política baseada a um desenvolvimento do bem comum do país. Sendo que, o meu interesse por esse tema surge no intuito de que nós dias de hoje, mais do que nunca, não consigo ver Angola com os olhos de antes daí surgiu a necessidade de entender o conceito de desenvolvimento na sociedade angolana, bem como as políticas de reconstrução no pós-guerra civil.

Além disso, a viagem realizada a Norte e Sul de Angola, concretamente nas províncias do Huambo (Município Caála), Kuíto capital do Bié, Kwanza Norte (Município de N'dalatando) e Malanje (Município de Malanje e Lukembo), bem como na província de Luanda me estimulou bastante a pensar o desenvolvimento na sociedade angolana onde notei fracas políticas públicas que não representam uma qualidade de vida satisfatória da população angolana. A partir de um olhar mais crítico hoje, consigo perceber que uma das razões das

crianças em Angola abandonarem a escola é devido a fome, isso faz com que a maioria delas não terminem o ensino primário⁷.

A maioria dos alunos em Angola fazem uma refeição por dia, por outro lado pais e encarregados de educação não têm dinheiro para comprar cadernos ou livros para seus filhos, e por parte das escolas não recebem as matérias escolares que de acordo com a constituição da república são de distribuição gratuita. Na realidade estes manuais são grátis, mas eles aparecem com mais facilidade no mercado paralelo e mercados informais para serem comercializados.

Por outro lado, o saneamento básico em Angola ainda é muito débil, em Angola a maioria das casas não têm água canalizada a água que as pessoas consomem provém dos rios quase metade das populações das zonas rurais não tem água potável. Não obstante as estradas em Angola são uns desafios para circular de uma determinada província a outra, desde o período de 2002, Angola tem registrado taxas de crescimento económicos consideráveis, mas manteve líder nós índice de mortalidade infantil, é um dos países mais desiguais na distribuição de rendimentos. Segundo o censo de 2014 Angola tem vinte cinco milhões de habitantes e vinte milhões vivem em situação de pobreza, quase a metade da população urbana vive em musseque não temos uma educação a nível de planeamento familiar, o povo fazem muitos filhos o que aumenta mais a pobreza em Angola.

Dentro dos hospitais⁸ públicos angolanos a esperança é um bem escasso, faltam médicos, enfermeiros, camas e medicamentos, a muita coisa que sempre é amais os doentes a maioria são crianças vítimas de febre-amarela e paludismo. Assim, espero que com essa pesquisa a partir desse ideário político, contribuir com base teórica novas visões de políticas públicas embasada em um desenvolvimento que representa e melhora a vida da sociedade angolana através de um bem comum. Espera-se continuar com esses estudos de forma a aprofundá-lo com outras problemáticas nas terminalidades.

⁷ Em Angola temos uma educação fraca,(no ensino de base foi cortado a merenda escolar) o governo poderia investir mas na educação porque ao longo desses dezassete anos de paz fez muito pouco. Se formos a analisar é na educação que esta o desenvolvimento de um país. Um corpo sem coração não existe assim é com a educação.

⁸ Impedidos de acompanhar as famílias, na maioria dos casos milhares das pessoas se instalam-se na porta dos hospitais como podem durante dias ou semanas. A falta de transportes públicos suficientes que atendem a demanda da população para ir e vir fazer visita obrigas senhoras a passarem noites fora dos hospitais.

8 OBJETIVOS

8.1 OBJETIVO GERAL

- Compreender como o desenvolvimento tem sido pensado pelo governo em Angola no período Pós-Guerra Civil.

8.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Analisar os modelos de desenvolvimento adotados pelos os governos angolanos desde 2002 a 2018;
- Caracterizar a economia angolana no período 2002 a 2014;
- Verificar as condições mínimas de vida da população angolana tendo em conta o índice de Desenvolvimento Humano (IDH).

9 RELEVÂNCIA

O objetivo deste projeto é de descrever e analisar o desenvolvimento na sociedade angolana bem como as políticas de reconstrução no pós-guerra civil. Quando falo da questão do desenvolvimento em Angola, descrevo porque começou a impactar-me a ideia de que minha vivência era uma espécie de desconforto. Menciono o desenvolvimento para que as pessoas compreendam a lógica as mudanças paradigmáticas do significado do conceito desenvolvimento nas sociedades, sobretudo as sociedades africanas.

Santos *et al* (2012), a origem do conceito de desenvolvimento vai surgir na Biologia, empregado como processo de evolução dos seres vivos para o alcance das suas potencialidades genéticas. Com o Biólogo Charles Darwin, a palavra desenvolvimento passou a ter uma concepção de transformação, vista na direção da forma mais apropriada. A transferência da Biologia para a vida em sociedade ocorreu nas últimas décadas do século XVII e tomou corpo com Darwinismo Social⁹.

⁹ **Darwinismo social:** corrente teórica em que a sociedade é comparada a um ser vivo e dinâmico, que busca sua própria evolução ou, conseqüentemente seu desenvolvimento. De acordo com esse pensamento, existiram características biológicas e sociais que determinam que uma pessoa seja superior à outra e que as pessoas que se enquadrassem nesses critérios seriam as mais aptas.

Com ela, verificou que o progresso a expansão e o crescimento não eram virtualidades intrínsecas inerentes a todas as sociedades humanas, mas sim propriedades específicas de algumas sociedades ocidentais. No entanto é preciso considerar que as palavras são social, cultural e politicamente construídas, porque se consultamos num dicionário a palavra desenvolvimento, iremos encontrar como o ato ou efeito de desenvolver, fazer crescer e fazer progredir (SANTOS et al 2012). Alguns discursos preferidos pelo governo angolano na televisão de Angola, Rádio Nacional de Angola e jornais online deram-nos a entender o seguinte:

No meu ponto de vista o problema do desenvolvimento em Angola, está condicionado enquanto forem as mesmas pessoas a governar [...] Tenho consciência que o desenvolvimento do país depende de investimento em áreas primordiais tais como: educação de qualidade, saúde e diversificação da economia, mas os tais governantes alocam o OGE em sectores que por agora não deviam ser prioridade, tudo porque a intenção é se mantiver nessa situação e atrasar cada vez mais o desenvolvimento nacional, porque tudo que os políticos lhes interessam é manter as coisas de forma a favorecer os seus interesses pessoais (Sociólogo-João Paulo Ganga /Discurso Direito na rádio Eclésia, 2017).

Pelo testemunho dos discursos e entrevistas por meio (da análise documental), sobre o tema em causa constata-se que, o desenvolvimento em Angola, é condicionado pelo fator corrupção por parte das elites políticas (os generais e a elite empresarial do MPLA), também alguns relatos nos deram a entender que a única forma de Angola se desenvolver é quebrar a dependência externa. Porque se analisarmos de fato o cenário clássico, o governo de José Eduardo dos Santos sempre se justificou alegando que, a guerra civil, foi uma realidade dura para todos os angolanos, por isso o atraso ao desenvolvimento, só que não podemos sempre nos agarrar a este farelo cada vez que queremos justificar o atraso ao desenvolvimento. Porque o MPLA sempre serviu como bode exploratório da corrupção em Angola, isentando indivíduos e empresas que de forma organizada cometeram crimes contra os cofres públicos.

10 METODOLOGIA

A metodologia seguida assenta no princípio de que o fenómeno do desenvolvimento em Angola deve ser analisado tendo por base uma compreensão das transformações económicas, sócias e culturais a que a sociedade foi sujeita nos últimos anos. No desenrolar deste projeto, utilizaremos o método Qualitativo. Assim, a nossa pesquisa vai obedecer a coleta de dados bibliográficos e análise documental acerca do tema em estudo, que de acordo

com Oliveira (2007) *apud* Jackson *et al* (2009), a pesquisa bibliográfica é uma modalidade de estudo e análise de documentos de domínio científico:

Oliveira (2007) faz uma importante distinção entre essas modalidades de pesquisa. Para essa autora a pesquisa bibliográfica é uma modalidade de estudo e análise de documentos de domínio científico tais como livros, periódicos, enciclopédias, ensaios críticos, dicionários e artigos científicos. Como característica diferenciadora ela pontua que é um tipo de “estudo direto em fontes científicas, sem precisar recorrer diretamente aos fatos/fenômenos da realidade empírica” (p. 69). Argumenta que a principal finalidade da pesquisa bibliográfica é proporcionar aos pesquisadores e pesquisadoras o contato direto com obras, artigos ou documentos que tratem do tema em estudo “a documental caracteriza-se pela busca de informações em documentos que não receberam nenhum tratamento científico, como relatórios, reportagens de jornais, revistas, cartas, filmes, gravações, fotografias, entre outras matérias de divulgação” (OLIVEIRA, 2007 Apud JACKSON *et al* 2009, p.5).

Aliado a este método, pretendo utilizar a pesquisa documental¹⁰, que é muito próxima da pesquisa bibliográfica. No entanto, o conceito de documento ultrapassa a ideia de textos escritos e/ou impressos. O documento como fonte de pesquisa pode ser escrito e não escrito, tais como filmes, vídeos, slides, fotografias ou pôsteres. (*Idem*, 2009)

As revisões da análise documental irão abranger um período de doze meses (pelo que consideramos um projeto em médio prazo), de forma constante e voluntária a generosidade de algumas entidades nacionais (professores que pesquisam sobre África) e estrangeiras, que compartilharam documentos importantes permitiu um enquadramento, abrangente da pesquisa em relação ao tema em estudo, entre 2002 a 2018.

11 MARCO TEÓRICO

As principais questões teóricas que vão sustentar este projeto de pesquisa serão questões ligadas principalmente tendo a noção de “desenvolvimento” discutindo autores e ideias. Embora atualmente o termo seja muito discutido autores defendem que a noção do tema em causa é multidimensional. Além disso, pretende-se discutir a noção de desenvolvimento a partir do contexto africano, de forma geral, e especificamente em Angola, sendo que, a ideia de que a África não tem desenvolvimento nenhum é uma perspectiva ocidental.

¹⁰ A pesquisa documental é um procedimento metodológico decisivo em ciências humanas e sociais porque a maior parte das fontes escritas – ou não – é quase sempre a base do trabalho de investigação.

Segundo Santos *et al* (2012), essas sociedades obtiveram o *status* de desenvolvidas, o que fez entender que elas eram capazes de produzir os seus próprios movimentos para o alcance do seu bem-estar. De tal modo que, a noção de desenvolvimento adquiriu o significado de autoconhecimento com o fim de implantar ações nas quais se pressupunha a existência da motivação dos participantes, com a finalidade de pôr em movimento um processo de mudança que faça evoluir a sociedade para um estado superior. Explicitando melhor, a preocupação com o “desenvolvimento tem suas raízes na ciência económica. Neste sentido os trabalhos de Karl Max (1867), Adam Smith (1776) apresentam-nos o desenvolvimento como um fenómeno importante para a consolidação do sistema capitalista” (SANTOS, et al 2012, p.47).

Assim, o conceito de desenvolvimento tem sido um dos mais importantes e polémicos nas ciências sócias, Amaro (2003) menciona que, suscita reações no Pós-Guerra e a busca pelo desenvolvimento aquele período que é referido como o fator principal por quase todos os autores. Desafio da reconstrução europeia seja como for o conceito de desenvolvimento tomou como referência para a sua formulação e conteúdo a experiência histórica dos países europeus considerados desenvolvidos, no âmbito das chamadas sociedades industriais.

As independências, após o final da segunda guerra mundial, eclodiram diversos movimentos de independência nos territórios colonizados pelas potências europeias, que aos poucos se tornavam Estados nacionais. Segundo Amaro, um grande debate se formou na época quanto aos rumos que esses novos Estados iriam tomar, pois, logicamente, eles tinham poucas semelhanças com as antigas metrópoles em termos políticos, sociais e económicos. É nesse contexto que desenvolvimento começa a ser utilizado como categoria analítica da situação socioeconômica. Entretanto nos dias de hoje desenvolvimento passou a ser um conceito moderno baseado na defesa de economicismo, produtivíssimos, consumismo, industrialismo, tecnologismo, etnocentrismo, antropocentrismo, urbanismo, quantitativíssimo e uniformismo (AMARO, 2003).

Atualmente em Angola apresenta-se segundo o Instituto de Ciências Religiosas de Angola (ICRA, 1991) na história de Angola, dois modelos de organização da sociedade, que pretendem responder a esta questão. Um é o modelo liberal, muitas vezes chamado capitalista, baseado na livre iniciativa das pessoas, na liberdade de mercado. O outro é o modelo socialista, baseado na apropriação social dos bens de produção e caracterizado por uma ordem económica regulamentada centralmente pelo Estado.

“Estas duas formas básicas de organização de sociedade são defendidas não só por pessoas individualmente, mas por pessoas agrupadas em torno dessa concepção e convicção

política e que querem organizar a sociedade de acordo com essa convicção” (ICRA, 1991, p12). Estes agrupamentos de pessoas vinculadas por uma convicção política comum constituem-se em partidos políticos. O modelo liberal de sociedade é defendido pelos partidos liberais, o modelo socialista é defendido pelos partidos socialistas. Entre as várias teorias que tentam a explicar a questão em causa, são de mencionar as seguintes.

Na sua obra “A Riqueza das Nações”, Adam Smith (1776), defendia que o desenvolvimento de uns determinados pais só seria possível quando os agentes económicos fossem capazes de satisfazer seus interesses individuais de forma espontânea. Smith partia do princípio de que todo homem vive para a troca, ou se torna, em algum momento, um mercador e a sociedade se transforma no que é, ou seja, uma sociedade mercantil. Nota que para ele, o homem movido pelo desejo do lucro passaria a produzir mais e o excedente da reprodução passariam a ser um benefício para toda a sociedade (SANTOS *et al*, 2012).

Axelle Kabou (2012), no livro “E Se A África Recusasse o Desenvolvimento”, apresenta que a noção de desenvolvimento na África não evoca a necessidade de empreender um combate para melhorar as condições de vidas das populações. Sem dúvida Kabou compreendia que o desenvolvimento não pode ser aprendido apenas em ciências económica.

Pois este é um processo complexo que traiu tanto nos aspetos económicos como nos aspetos sociológicos, psicológicos e políticos de vida em sociedade. Pensemos assim no caso do continente africano, o desenvolvimento até no sentido restrito mencionado, suscita reações de repulsão, de autodefesa cultural que explicam a reimplantação do conceito do progresso não tinha atingido em nenhum lugar o continente; a recusa do desenvolvimento situa definitivamente num atalho desde as independências nacionais e a morte dos verdadeiros valores de civilização (KABOU, 2012).

Na ótica de Amartya Sen (2000) “Em Desenvolvimento com Liberdade”, nos mostra que, o desenvolvimento de um país está essencialmente ligado às oportunidades que ele oferece à população de fazer escolhas e exercer sua cidadania. E isso inclui não apenas a garantia dos direitos sociais básicos, como alimentação, saúde e educação, mas também as liberdades associadas com a educação, a participação política, a proibição da censura, entre outras (SANTOS *et al*, 2012, p.55).

Assim sendo, o desenvolvimento não decorre apenas do crescimento e do acumulo de riquezas, como defendem os economistas mais conservadores. Pois, só há desenvolvimento quando os benefícios do crescimento servem à ampliação das escolhas e das oportunidades do indivíduo, possibilitando uma vida longa, saudável, com acesso a recursos necessários para um nível de existência digno da geração atual e futura (SANTOS *et al*, 2012).

O que fundamenta como é que as estratégias de desenvolvimento em Angola têm sido aplicadas da teoria para a prática de acordo com as ideias em voga de cada autor? Vamos procurar analisar a resposta a esta questão na reflexão que se segue. “Em diversas partes do mundo há diversos modos de organizar a sociedade, há sociedades diferentes, também no mesmo lugar a sociedade não permaneceu inalterada, mas foi modificada” (ICRA, 1991, p.10). Mais um passo e estamos diante da pergunta se a organização da sociedade no passado podia mudar e mudou, porque é que hoje a sociedade de Angola não se há poder mudar?

Em primeiro lugar, como todo e qualquer cidadão, deve interessar-se pela realidade do seu país. Contudo o foco de desenvolvimento adotado do governo angolano estava vinculado às capacidades reduzidas herdadas do estado colonial português, inclusive o conflito interno. Segundo Silva (2015), após o término desse conflito interno (Guerra Civil) surge um novo modelo socialista, na qual as prioridades eram estabelecer a ordem interna e fomentar a capacidade económica por meio duma sociedade politicamente baseada na educação e saúde.

Durante o curto governo de António Agostinho Neto¹¹, e a adoção do marxismo-leninismo,¹² as prioridades eram estabelecer a ordem interna e fomentar a capacidade económica, por meio de uma sociedade politicamente educada e mobilizada. “Nas tarefas de reconstrução Cuba foi fundamental para reduzir o vácuo de poder no serviço público militar, administrativo, médico, educação e segurança” (Birmingham 1992, *apud* SILVA, 2015, p.144).

O autor salienta que, houve em Angola a nacionalização das fazendas e dos negócios abandonados pelos portugueses durante a guerra de libertação a maioria deles rumou a Portugal, Brasil e África do Sul. O governo procurou estabelecer uma economia planificada centralmente que buscava a reconstrução do Estado e a sustentação dos esforços de guerra conforme Silva (2015) menciona:

¹¹ Foi um Médico, Escritor e Político angolano, principal figura do país no século XX. Foi presidente do Movimento Popular de Libertação de Angola e em 1975 tornou-se primeiro Presidente de Angola até 1979. Em 1975-1976 foram-lhe atribuídos o Prémio Lenine da Paz. A ação de Neto era vista na política autonomista frente a URSS e CUBA. A postura política de NETO procurava prioritariamente garantir a estabilidade de seu domínio interno e encontrar recursos para isso. Por exemplo, com as dificuldades económicas internas, Neto permitiu a continuidade de operações de companhias ocidentais em ANGOLA e buscou abrir canais diplomáticos com os EUA. (VER SILVA, 2015).

¹² Marxismo-Leninismo: Teoria do movimento de Libertação do proletariado. Teoria e prática da ditadura do proletariado. O termo deriva dos fundadores. Marx (e Engels) e Lenine.

Nacionalizou o banco central, renomeado de Banco Popular de Angola, e adotou políticas de incentivo à industrialização, como instrumento para a construção do socialismo. O projeto previa a articulação de mão de obra, que viria da população local, inclusive dos antigos grupos rivais e de angolanos exilados (Wolfers and Bergerol 1983, 110–11). Entretanto, houve dificuldades para avançar “[...] Devido à falta de capital (desviado para a defesa), à escassez de mão de obra qualificada, à falta de peças de reposição e insumos e aos efeitos desestabilizadores provocados pela sabotagem da África do Sul e da Unita, além da própria incapacidade gerencial” (SILVA, 2015, p.145).

“Na área da educação, houve em 1975 um projeto de reconstrução nacional que remontava a luta de libertação, quando cerca de 90% da população em Angola era analfabeta em Português” (SILVA, 2015.p.146).

O programa político do (MPLA), objetivava estabelecer uma sociedade igualitária, uma economia planificada e industrializado. Más do que um simples alinhamento ideológico o modelo marxista-leninista era atrativo. Suas prioridades principais eram educação política e reconstrução económica. Em termos de recursos humanos havia grande desafio, visto que 90% dos expatriados abandonaram seus empregos em serviços essenciais do Estado. Por exemplo, em Cuba provinha médicos e técnicos, enquanto os angolanos eram treinados, na Alemanha e na URSS também foram enviados voluntários (SILVA, 2015).

Em nosso entender, com a morte de Agostinho, tendo sido José Eduardo dos Santos o homem escolhido pela direção do MPLA para substituí-lo como presidente de Angola, representou uma nova história para o país¹³. José Eduardo Dos Santos procurou centralizar o processo decisório da política externa¹⁴ (esse plano não é nosso, mas sim da ONU. Na verdade, é uma agenda externa para nós africanos. Para ONU determina o “desenvolvimento, com ênfase apenas na evolução do sistema produtivo e de acumulo de capital, sem olhar para as melhorias das condições sociais da população” (SANTOS et al, 2012, p.54). Além disso, a insegurança de Dos Santos frente a elites internas contribui para o seu maior alinhamento a URSS e Cuba (SILVA, 2015).

O ex. Presidente José Eduardo dos Santos procurou centralizar o processo decisório de política externa ao estabelecer em 1984 um conselho de defesa e segurança (presidido pelo próprio presidente), que se tornou o órgão mais alto de tomada de decisão do país. Na altura o

¹³ O Novo governo não deu continuidade ao programa político de António Agostinho Neto, o que originou no seio da sociedade angolana, o enriquecimento de uns e a pobreza para a maioria da população.

¹⁴ Com a ascensão de Dos Santos (1979-88), o incremento relativo das capacidades coercitivas e o maior apoio externo garantiu a capacidade de reação às grandes pressões externas mediante uma política ainda mais impetuosa de apoio à SWAPO e ANC e reação militar contra a invasão sul-africana. Já, no momento de transição em 1988, a diminuição das pressões externas com a retração da África do Sul permitiu a redução do ímpeto de ação e a flexibilização do projeto regional (aceitação do *linkage* e maior diálogo com ocidente (SILVA, 2015, p.154

secretário o secretário geral João Manuel Gonsalves Lourenço, assumia função proativa na política externa e procurou incrementar o prestígio do partido, visitou diversos países na década de 1990 tais como: Estados Unidos, China, Portugal, França e África do Sul para reafirmar relações e garantir credibilidade para o processo de paz em Angola (Hedges 2004 *apud* SILVA, 2015). A opinião pratica acerca do processo de desenvolvimento em Angola no pós-guerra civil passa por analisar os seguintes setores.

11.1 CAUSAS E CONSEQUÊNCIAS DA POBREZA EM ANGOLA

A qualidade de vida em Angola ainda é muito baixa.¹⁵ OLIVEIRA (2012) considera o quadro de pobreza existente em Angola como consequência de um número complexo de fatores, entre os quais se destaca a Colonização, a guerra civil, a adoção de políticas macroeconômicas inadequadas, má governação e dívidas externas conduziram o país a uma deteriorização das condições da vida da população em geral e o aumento da pobreza extrema.

A partir das condições de habitabilidade pode-se identificar, de forma visível, a situação de pobreza em que vivem os angolanos, em geral, e os que habitam na capital em particular. A deficiente distribuição de água nos meios urbanos faz com que as pessoas obtenham este líquido essencial à vida humana pelos meios menos próprios e higiênicos. Vão buscar água à casa do vizinho, manivela, poços e cacimbas ou uma conduta rebentada e transportam-na em recipientes sujos, suscetíveis de contágios de muitas doenças (*idem*, 2012).

Devido à ausência de uma rede de abastecimento de água nos bairros periféricos e aos sucessivos cortes no seu abastecimento na área urbana, as pessoas gastam parte do seu tempo à procura desse líquido precioso. Compram às cisternas, vão buscar à casa de alguém ou aproveitam os furos que são feitos nos tubos que abastecem a cidade (OLIVEIRA, 2012).

¹⁵A fome é a consequência mais dramática da pobreza. A necessidade de compreender a relação entre pobreza e fomes foi abordada por Amartya Sen ao longo do seu trabalho enquanto colaborador das Nações Unidas. Sen (1999, p. 12) introduziu assim as noções de capacidades e direitos, relacionou-as entre si e concluiu que as relações de propriedade são uma espécie de relações de concessão de direitos. Segundo o mesmo autor, numa sociedade de economia de propriedade privada, um indivíduo possui uma série de direitos, dos quais destacou quatro: direito de troca (em relação àquilo que dispõe), direito de produção (usufruir daquilo que produz), direito ao próprio trabalho (utilização da sua própria força de trabalho e daquilo que produz com o mesmo) e direito à herança e transmissão (daquilo que for deixado por um antepassado seu, desde que depois o torne produtivo). Uma pessoa estará exposta à carência alimentar se, para a propriedade que realmente tiver, o conjunto de direitos de troca não contiver qualquer lote viável incluindo suficientes alimentos (Sen, 1999, p. 15), traduzindo-se na sua incapacidade de adquirir direito a alimentos suficientes (1999, p. 21). (OLIVEIRA, 2012). *Ciências Sociais Unisinos, São Leopoldo, Vol. 48, N. 1, p. 29-40, jan. /abr. 2012.*

11.2 A CARACTERIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO E ENSINO EM ANGOLA

A falta de uma lei de bases do sistema educativo angolano, na pós-independência, leva-nos a incluir, neste trabalho, alguns aspetos da Lei Constitucional da República de Angola, no que toca aos direitos e deveres fundamentais dos cidadãos, dos quais passamos a citar os dois artigos que consideramos mais significativos, para os aspectos ligados ao processo de ensino aprendizagem em Angola segundo Filipe Zau (2002):

Art.º 18 – Todos os cidadãos são iguais perante a lei, gozam dos mesmos direitos e estão sujeitos aos mesmos deveres, sem distinção da sua cor, raça, etnia, sexo, lugar de nascimento, religião, ideologia, grau de instrução, condição económica ou social. A lei pune severamente todos os atos que visem prejudicar a harmonia social ou criar discriminação e privilégios com base nesses fatores (ZAU, 2002, p.68).

No Art.º 31, podemos constatar o seguinte:

O Estado, com a colaboração da família e da sociedade, deve promover o desenvolvimento harmonioso da personalidade dos jovens e a criação de condições para a efetivação dos direitos económicos, sociais e culturais da juventude, nomeadamente no ensino, na formação profissional, na cultura, no acesso ao primeiro emprego, no trabalho, na segurança social, na educação física, no desporto e no aproveitamento dos tempos livres (ZAU, 2002, p.68).

Essa citação de Filipe Zau nós da entendê-la que, decorrente dos princípios constitucionais da 1.ª República, em 1975, foi instaurado o princípio da gratuidade do ensino logo após a independência de Angola, o que provocou uma explosão escolar, sobretudo na pré-escola e na primeira classe.

Em consequência dessa política educativa seletiva, Angola chegou à independência com uma taxa de analfabetismo na ordem dos 85%, uma das mais elevadas do mundo (PNUD-Angola, 2002, *apud* LIBERATO, 2014). Essa situação dramática levou o novo governo a dar prioridade à educação, aplicando nessa área grandes investimentos. A adoção de uma nova ideologia política, tendo em vista a formação do novo cidadão angolano, com uma nova personalidade, moldada nos ideais nacionalistas, conduziu a aprovação de reformas que erradicassem a inerência:

A primeira alteração registada, prende-se com a aprovação da lei n. 4, de 9 de dezembro de 1975, que nacionaliza o ensino e cria um Sistema de Ensino Geral, de formação técnica e profissional, assumindo o Estado a responsabilidade de oferecer educação a todos os angolanos. Em 1977 foi publicado o decreto n. 26/1977, que estruturou a política educativa como meio de consolidação da independência nacional e definiu a educação como um direito assente nos princípios¹⁶ da

universalidade, livre acesso e igualdade de oportunidades no acesso à escola e à continuação dos estudos (PNUD-Angola, 2002, p. 26), bem como a sua gratuidade¹⁷ no seu sentido mais amplo (LIBERATO, 2014, p.16).

Esta citação do Liberato, nós fazemos crer que o governo estabeleceu, assim, a educação como principal prioridade política dirigindo para esse setor grandes investimentos, numa tentativa de ultrapassar os fracassos do regime colonial. Em 1976 iniciaram-se as campanhas de alfabetização por todo o país, em escolas, empresas, fábricas, aldeias rurais, instituições militares, dando continuidade ao trabalho que já era realizado nos acampamentos militares, quando da luta pela independência. Assim, o ensino Angola foi estruturado em cinco etapas: ensino primário, ensino secundário (I e II nível), ensino médio e ensino universitário.

11.3 MERCADOS DE TRABALHO EM ANGOLA

Os mercados informais em Angola têm-se revelado cada vez mais importantes no seio das famílias angolanas. “Para assegurar o acesso à ocupação produtiva, aos rendimentos e à inserção socioeconómica dos seus agentes e dos respetivos agregados familiares para os quais constituem, com grau de importância crescente, uma das principais fontes de recursos” (LOPES, 2006, p.3).

Tratando-se das atividades informais. Lopes (2006) qualquer canto do país, qualquer que seja o percurso que se escolha, é difícil não encontrarem manifestações de atividade económica informal. Espalhados por todos os bairros de cada província em Luanda. Lopes considera que estas atividades asseguram uma parte substancial dos rendimentos, bem como a maior parte da oferta de bens e serviços que satisfazem as necessidades dos habitantes em Angola, em particular das populações mais desfavorecidas.

Segundo o autor, “realizadas à porta ou em parcelas das habitações, na rua ou nos mercados, estas atividades caracterizam-se por uma grande diversidade e estão presentes praticamente em todos os sectores de atividade”, comércio, prestação de serviços, pequena produção mercantil, agricultura, construção, transportes, sector financeiro (LOPES, 2006, p. 164).

Em nosso entender a incapacidade do Estado e do sector privado criarem emprego formal, faz com que grande parte da população angolana encontra ocupação nos mercados

informais. Por exemplo, *Candongueiros*¹⁶, *Pinguelas*¹⁷, e *Zungueira*¹⁸ são expressões bem comuns em Angola, que identificam algumas das atividades económicas desenvolvidas por agentes económicos que foram aparecendo a desenvolver atividade económica no quadro designada economia informal (LOPES, 2006).

11.4 A CORRUPÇÃO EM ANGOLA

Embora saibamos que Angola figura na lista dos países mais corruptos do mundo. Um dos males que emerge em Angola é a corrupção com tendências alarmantes fazendo com que haja surgimento da má distribuição das riquezas. Numa entrevista concedida a Euro News¹⁹ em Toulouse, o atual presidente angolano disse que o combate à corrupção continua a ser uma prioridade para o seu governo. João Lourenço assumiu que a luta pela corrupção em Angola não está ganha e que o governo está empenhado em afastar esse fenómeno que é um grande impedimento para os negócios em Angola em suas palavras:

Ninguém é tão rico e poderoso ao ponto de não poder ser punido, e ninguém é tão pobre ao ponto de não merecer ser protegido. Apelou sobre o combate ao ADN no regime e que dá desde 1975, pelo nome de corrupção destacou num discurso transmitido em direto (PR/João Lourenço, 2018 Televisão Pública de Angola. (TPA, 2018).

“Todos os cidadãos devem contribuir e todos nós conhecemos casos de corrupção, nas escolas, onde estudam os nossos filhos, e nos hospitais, aonde vamos todos os dias, em todos os setores assim é o nosso dia-a-dia” apontou Rafael Marques²⁰ nas suas palavras, é importante que a sociedade angolana perceba que a corrupção não é só feita pelos ministros,

¹⁶ A expressão refere-se aos atores que praticam a *candonga*, expressão de língua kimbundu que identifica os negócios ilegais, clandestinos, com finalidade especulativa (Ribas 1997 apud Lopes).

¹⁷ A expressão identifica de forma genérica os operadores económicos engajados em Luanda no comércio ilegal de divisas. Comércio que é ilegal porque a legislação angolana tem restringido o exercício da atividade, numa primeira fase exclusivamente ao Banco Central, e em fases posteriores e na atualidade, também aos Bancos Comerciais e às Casas de Câmbio. Em língua Kimbundu, *kinguila* significa «quem está à espera».

¹⁸ A expressão identifica os vendedores ambulantes que deambulam pela cidade, bairros e mercados de Luanda. Trata-se de uma expressão da língua Kimbundu, que significa rodar, girar. Óscar Ribas (1997) identifica a expressão como sinónimo de venda ambulante (andar na zunga corresponde a vender pelas ruas (LOPES, 2006)).

¹⁹ Exclusivo - João Lourenço: "Estamos preparados e vamos derrotar o gigante da corrupção “O combate à corrupção, as relações com Portugal e a Economia”. Na sua primeira grande entrevista à Euro News, o Presidente de Angola, João Lourenço, explica a sua visão para o país que tenta sair de uma grave crise económica. Uma conversa sem tabus. ... LEIA MAIS: <http://pt.euronews.com/2018/06/01/ex.-> acessado no dia 01 de dezembro de 2019

²⁰ <http://vozdeangola.com/index.Php/sociedade/item/3652-ativista-rafael-marques-destaca-frontalidade-de-joao-lourenco-com-a-sociedade-civil?Fácil=IwAR2jo3Sr8G.-> acessado no dia 15 de janeiro de 2019.

por altas entidades públicas. Há corrupção é diária na nossa sociedade. Quando por exemplo, um enfermeiro leva uma seringa para a casa ou vende medicamentos, tudo isso afeta a nossa sociedade (Jornalista /Ativista, Voz de Angola, 05, dezembro de 2018).

Retomando a questão, a corrupção não é um fenómeno moderno. Mas foi exatamente nós anos noventa, isto é, do século XX, que de acordo com Frade (2007) a sua denúncia passou a ser uma preocupação dos investigadores, dos escritores, dos jornalistas, de alguns políticos e das instituições internacionais. O fenómeno da corrupção pode ser abordado sob varia perspectiva, desde a sociológica a jurídica.

11.5 A SAÚDE EM ANGOLA

A taxa de mortalidade infantil em Angola²¹ é ainda uma das mais altas do mundo. Sendo a malária a principal causa de morte entre as crianças com menos de 5 anos de idade. Segundo um Relatório de Contribuição do Setor da saúde para o PND (2018-2022) os problemas de saúde atuais estão relacionados com os determinantes da saúde e ao fraco desempenho do Sistema Nacional de Saúde²². Os serviços de saúde enfrentam problemas de gestão dos recursos humanos, materiais e financeiros para além de estarem subfinanciados, o que constitui um enorme desafio. Os principais problemas atuais do Sistema Nacional de Saúde em Angola incluem:

Qualidade dos cuidados de saúde e cobertura sanitárias ainda insuficientes; Recursos humanos insuficientes sob o ponto de vista quantitativo e qualitativo e má distribuição do pessoal nas áreas rurais e Peri urbana, e fraca colaboração intersectoria na promoção das determinantes da saúde, tais como, o acesso à água potável, energia, higiene e saneamento (PND, 2016, p.5).

Segundo a mesma fonte, o país ainda tem uma elevada taxa de mortalidade materna, infantil e infanto-juvenil alta, a incidência de doenças infecciosas e parasitárias com destaque para as grandes endemias, doenças respiratórias e doenças diarreicas, um nível de má nutrição ainda elevado em menores de 5 anos, epidemias recorrentes de cólera, raiva, sarampo e malária, e um aumento das doenças crónicas não transmissíveis incluindo os traumatismos por sinistralidade rodoviária e violência. As doenças transmissíveis são responsáveis por mais de 50% dos óbitos registados na população geral (PND, 2016).

²¹ Segundo a UNICEF, no ano 2017 Angola Liderava a lista de países com maior taxa de mortalidade infantil do mundo, com registo de 157 mil crianças a morrerem antes dos cinco anos.

²² Nota que, no ano de 2016, Angola ressentiu-se de um surto de febre-amarela que fez vários mortos, o governo na altura mostrou-se incapaz de dar solução ao problema (PND, 2016).

Em Angola a malária é de longe a primeira causa mortalidade e morbidez nas crianças e nas mulheres. Segundo Oliveira (2012), doenças como a febre tifoide, a tuberculose, a cólera e mais recentemente a febre-amarela apresentam elevadas taxas de casos nos centros e postos médicos:

Estas doenças são o resultado não só de uma deficiente rede de saneamento básico e más práticas de higiene, como também do tratamento das fezes e consumo de água imprópria. A rede de esgotos serve apenas as partes urbanizadas, e geralmente não está em bom estado (Robson e Roque, 2001, p. 84), assim como os serviços de recolha de lixo, distribuição de água e distribuição de eletricidade(OLIVEIRA, 2012, p.37).

Oliveira (2012) aponta que a falta de médicos, enfermeiros e técnicos de saúde como analistas, radiologistas, terapeutas e fisioterapeutas completam um quadro de saúde muito débil, no qual os angolanos não depositam confiança.

11.6 A ECONOMIA DE ANGOLA

A moeda oficial da República Popular de Angola é o Kwanza. O país tem vastos recursos naturais, como grandes reservas de minerais e de petróleo e, desde 1990, a economia tem apresentado taxas de crescimento que estão entre as maiores do mundo, especialmente depois do fim da guerra civil:

No ano de 2010, Angola produziu diamantes avaliados em US\$955 milhões, segundo dados oficiais¹, colocando-se na posição de quarto maior produtor mundial de diamantes, em valor². As gemas, a seguir ao petróleo, são o segundo maior produto de exportação de Angola e gerador de receitas para o Orçamento Geral de Estado. A sua produção industrial mantém-se concentrada na região nordeste das Lundas (MARQUES, 2011, p.25).

Segundo Marques (2011) a história da exploração de diamantes em Angola, desde 1912 até ao presente momento, tem sido marcada por atos de contínua violência, e a sua produção industrial mantém-se concentrado nas Lundas-1912.

Rocha (2014), por uma questão de melhor se compreenderem as diferentes etapas de crescimento da economia angolana, considera-se três ciclos depois de obtida paz definitiva em Angola:

2003-2008, período durante o qual a procura mundial de petróleo e os preços cresceram bastante e que proporcionaram receitas significativas ao país. Foi então possível investir na reconstrução/modernização das infraestruturas materiais da economia e dar assim início a uma fase em que, a par das exportações de petróleo, o

investimento público se apresentou como o segundo maior factor de crescimento do PIB. O crescimento médio anual foi de 9,8% (ROCHA, 2014, p. 5).

2009 a 2012- Fase em que a grande crise financeira internacional dominou os comportamentos de todas as economias, em Angola determinou uma quebra no investimento pública de mais de 21% entre 2008 e 2009. Só se retornando o seu nível anterior em 2012, o principal fator deste ajustamento orçamental em Angola foi a quebra significativa do preço do petróleo no mercado Externo

2013 a 2014- Com certeza fase em que a grande aposta do governo está sendo o lançamento das bases para a diversificação da economia, assentes no investimento público em infraestruturas, grande parte dos quais apresenta uma velocidade de degradação incomum e prejudicial dos índices de retorno económico das empresas e de utilidade social da população (ROCHA, 2014).

De maneira resumida, neste projeto verificou-se que, no período de Neto (1975-79), a estável liderança política do MPLA buscava ser compensada com uma política de fortalecimento de capacidade estatal e políticas que se reproduziam em um projeto Regional Desenvolvimentista para o bem comum. Com ascensão do ex. presidente José Eduardo dos Santos (1979-2017), representou uma nova história para a sociedade, o que originou no seio da sociedade o enriquecimento de uns e a pobreza para a maioria da população e maior diálogo com o ocidente. Por outro lado, após leitura do <http://www.novojornal>²³ a ONU coloca Angola nos países de desenvolvimento médio, segundo aquela mesma fonte o país obteve um índice de desenvolvimento humano (IDH) de 0,581, no relatório do programa da PNUD. Dados relativos a 2017. Angola está na posição 147 de 189, com IDH a crescer todos os anos.

²³

<http://www.novojornal.co.ao/sociedade/interior/onu-coloca-angola-nos-paises-de-desenvolvimento-medio-59767.html?>

12 CRONOGRAMA

Atividades/Etapas	2019/2021			
	1º Semestre	2º Semestre	3º Semestre	4º Semestre
Revisão bibliográfica	X	X	X	
Coleta de dados		X	X	
Análise dos dados e leitura		X	X	
Execução da pesquisa		X	X	X
Redação do projeto			X	X
Revisão e correção				X
Revisão e análise final do material coletado				X
Entrega e apresentação do trabalho				X

REFERÊNCIAS

ALBANO V.L. Ferreira, Mário Fresta, Cristóvão F.C.Simões; Maria Sambo. **Desafios de Educação Medicam e da Investigação em Saúde no Contexto de Angola**. Aprovado em: 06/02/2014.

AMARO, Rogério, R. (2003). **Desenvolvimento- Um conceito Ultrapassado ou Renovação? “Da Teoria a Pratica e da Pratica a Teoria» Caderno de Estudos Africanos”**, Posto on-line no dia 25 de junho 2014.

CARLOS M. Lopes. «**Candongueiros, kinguilas, roboteiros e zungueiros**», *Lusotopie* [Online], XIII (1) | 2006 postos online no dia 10 abril 2016, consultado o 30 setembro 2016. URL: <http://lusotopie.revues.org/>.

CARVALHO. Ruy. D. **Angola: O Passado Vivido e o Presente em Presença: (Hipótese Para Uma Análise Antropológica da Crise em Curso)**. África Revista do Centro de Estudos Africanos. U.S. P-S. Paulo, 16-17 (1): 125133,1993/994.1992.

INE. Instituto Nacional de Estatística. **Resultados Definitivos do Recenseamento Geral da População e da Habitação de Angola**. 2016.

CONTRIBUIÇÃO DO SECTOR SAÚDE PARA O PLANO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO 2018-2022_ (Versão a ser submetida ao Ministro e Chefe da Casa Civil em resposta ao ofício 3127/GAB. CHEFE CASA CIVIL/PR/013/2016).

CARVALHO. António. L. **A Economia do Petróleo Angolano do Pós-guerra. O papel de Sonagol. China, O Novo Parceiro Estratégico**. Universidade Lusíada de Angola 2010.

FRADE. Ana. M. Duarte. **A Corrupção no Estado Pós-colonial em África**. Duas Visões Literárias. Centro de Estudos Africanos da Universidade Porto. <http://www.africanos.eu>.2007

HERNANDEZ. L. M. G. L. **A ÁFRICA na Sala de Aula: Visita a História Contemporânea**. São Paulo-Selo Negro. 2005.

ICRA. **Os Cristãos e a Política**. Obra de um grupo de professores do Seminário Maior de Luanda e do Instituto de Ciências Religiosas de Angola. 1991.

JACKSON, Sá-Silva; CRISTÓVÃO, D. de Almeida; JOEL, Filipe Guindem. **Pesquisa Documental: Pistas Teóricas e Metodológicas-** Revista Brasileira de História \$ Ciências Sórias – Ano 1 número I- julho de 2009.

KABOU. Axelle. **E se A África Recusasse o Desenvolvimento**. Edições: Pedágio, Lda. Coleção, Reler África, Tradução: Glória Sousa, Revisão do Texto: Isabel Enriques e Pedro M. Pataho, julho 2013.

LIBERATO. Ermelinda. **Avanços e Retrocessos da Educação em Angola**. Revista Brasileira de Educação v.19n. 59 Out-Dez 2014. Universidade Agostinho Neto. Luanda-Angola.

Marques. Rafael. **Diamantes de Sangue Corrupção e Tortura em Angola**. Revista: Tinta-da-China, Composição e Capa: Tinta-da-China Edição: setembro de 2011.

Ministério da Saúde. (2016). **Contribuição do Sector da Saúde Para o Plano Nacional de Desenvolvimento 2018-2022** (Versão a ser submetida ao Ministério e Chefe da Casa Civil em Resposta. Ao. Ofício 3/27/GAB. Chefe, Casa Civil/Pr/013/2016).

OLIVEIRA, Silvia. **Olhar a Pobreza em Angola: Causas, Consequências e estratégias Para a Sua Erradicação**. Ciências Sócias Uníssimos. 48 (1): 29-40-janeiro/abril 2010.

ROCHA, Alves. **As Perspectivas do Crescimento de Angola até 2020**. CEIC, Working. 02, novembro 2014.

Santos, E.L; Braga, V; Santos, R.S; Braga, A.M.S. - **Desenvolvimento: um conceito multidimensional**. **D.R. Desenvolvimento Regional em Debate**. Ano, 2, n.1, jul.2012.

SILVA. Igor. C. **Política Externa Regional de Angola: Mudanças Frente à Ordem Sistemática Austral: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais**. ISS N 2238-6912/Is U. 4, n.7, jun. 2015 / p.139-172).

SCUBERT. Jon. **Democratização e Consolidação do Poder em Angola no Pós-Guerra**. Relações Internacionais Março: 2013(pp.079-098).

ZAU. Filipe. **Angola: Trilho para o Desenvolvimento**. Universidade Aberta 2002, Palácio Ceia-Rua da Escola Politécnica, 1471269-001 Lisboa-Portugal. 2002.

12-LINKS ACESSADOS

<http://www.novojornal.co.ao/sociedade/interior/onu-coloca-angola-nos-paises-de-desenvolvimento-medio-59767.html?>

<http://vozdeangola.com/index.Php/sociedade/item/3652-ativista-rafael-marques-destaca-frontalidade-de-joao-lourenco-com-a-sociedade-civil?Fbclid=IwAR2jo3Sr8G>

<https://www.publico.pt/2018/09716/mundo/noticia/as-pessoas-voltaram-a-ter-esperanca-mas-continuam-sem-pao-medicamentos-1844178>.

<http://pt.euronews.com/2018/06/01/ex>

[HTTPS://www.youtube.com/watch?v=2aHIgr1_mLE](https://www.youtube.com/watch?v=2aHIgr1_mLE)- Primeiro discurso do Presidente João Lourenço sobre o estado da Nação

<https://www.youtube.com/watch?v=8DEZmiifvyE>- DISCURSO DIRECTO NA RÁDIO ECCLÉSIA COM O SOCIÓLOGO JOÃO PAULO GANGA (29-11-2017)